



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 8.120, DE 2017

Acrescenta §§3º e 4º ao art. 69 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de obrigar os estabelecimentos comerciais a disponibilizarem profissionais treinados para prestar atendimento às pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta §§3º e 4º ao art. 69 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para determinar que os estabelecimentos comerciais devem disponibilizar profissionais adequadamente treinados para prestar atendimento às pessoas com deficiência.

Art. 2º O art. 69 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§3º e 4º:

“Art. 69

.....

§3º Os estabelecimentos comerciais devem disponibilizar profissionais adequadamente treinados para prestar atendimento às pessoas com deficiência.

§4º Ficam desobrigados do cumprimento do disposto no §3º deste artigo os microempreendedores individuais e as microempresas.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trinta dias a contar de sua publicação oficial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2019.

Deputado GILBERTO NASCIMENTO
Presidente